

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL DE 2015, ÀS 8:30 HORAS, NO MUSEU DE ARTE MURILO MENDES.x

Aos vinte e sete de abril do ano de dois mil e quinze, às oito horas e trinta minutos, na Sala do Conselho Superior, no Museu de Arte Murilo Mendes, regimentalmente convocado sob a Presidência do Professor Doutor Marco Vinício Chein Feres e com as presenças dos Conselheiros: Agostinho Beethoven Macedo Behelli Filho, Aline Araújo Passos, Altemir José Gonçalves Barbosa, Ana Claudia Peters Salgado, Ana Paula Ferreira, André Luis Marques Marcato, André Silva Martins, Ângelo Atalla, Claudio Galuppo Diniz, Cristina Simões Bezerra, Denise Barbosa de Castro Friedrich, Dimas Augusto Carvalho de Araújo, Gessilene Zigler Foine, Gilmar José dos Santos, Hélio Antônio da Silva, Henrique Duque de Miranda Chaves Filho, Ignácio José Godinho Delgado, Ivana Lúcia Damásio Moutinho, Janemar Melandre da Silva, Joana de Souza Machado, Jorge Carlos Felz Ferreira, José Gustavo Francis Abdalla, José Fancias Lima, José Otávio do Amaral Corrêa, Lílían Pinto da Silva, Lourival Batista de Oliveira, Lucas da Silva Simeão, Luciana Teixeira, Márcia Aparecida de Paula e Souza, Maria Cristina Andreolli Lopes, Maria das Graças Afonso Miranda Chaves, Maria dos Remédios Pereira da Silva, Maurício Gattas Bara Filho, Neiva Ferreira Pinto, Paulo Dimas de Castro, Ricardo Bonfante, Ricardo Cristófaró, Sandro Rodrigues Mazorche, Wilhelm Passarela Freire, realizou-se mais uma reunião do egrégio Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora. Havendo número

legal o Senhor Presidente iniciou a reunião saudando todos. I – APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES DOS DIAS 25/02/2015 E 30/03/2015. O Senhor

Presidente colocou em discussão as atas das reuniões dos dias 25/02/2015 e 30/03/2015 que, em regime de votação, foram aprovadas por unanimidade. **II-**

COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA: 1. O Senhor Presidente informou que a comissão que está tratando da Pós-Graduação Lato Sensu pediu uma prorrogação de prazo para o termino dos trabalhos. Frente à presença dos membros da aludida comissão, pediu que os trabalhos fossem agilizados, pois tinha a intenção de antecipar a reunião do mês de maio para discutir vários assuntos pendentes, e esse seria um dos temas. Frisou que o grupo de trabalho que está tratando da CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente- está prestes a terminar os trabalhos e que se ocorrer será discutido na próxima reunião. O **Senhor Presidente** sugeriu que o prazo para a conclusão dos trabalhos da comissão, que trata da Pós- Graduação Lato Sensu fosse prorrogado até a próxima reunião deste Egrégio Conselho, que ocorrerá na segunda semana do mês de maio.

Colocado em votação a proposta foi aprovada por maioria. **2. O Senhor Presidente** expôs que dadas às modificações que ocorreram e as demandas em relação às fundações de apoio, houve a necessidade de alterar uma série de questões que antes eram tratadas pela própria fundação de apoio, como a Editora da UFJF e a Farmácia Universitária. Continuou explicando que terá de ser criado um CNPJ filial, vinculado ao da UFJF, para a Farmácia Universitária e um para a

1 Editora da UFJF. Informou que estava trazendo a questão a este Egrégio Conselho
2 para que o procedimento fosse feito com segurança. O Conselheiro **Altemir José**
3 fez um aparte e solicitou esclarecimentos sobre a questão levantada pelo Senhor
4 Presidente, pois além desses dois órgãos, há outros órgãos da UFJF que também
5 envolvem recursos financeiros, ainda que modestos,- como o Centro de Psicologia
6 Aplicada e os Programas de Pós-Graduação que apresentam situação semelhantes
7 e precisam ser solucionados. Retornando sua fala, o **Senhor Presidente**
8 esclareceu que somente para a Editora da UFJF e a Farmácia Universitária será
9 necessária à criação de CNPJ filial. No que tange aos Programas de Pós-
10 Graduação, o **Senhor Presidente** disse que está discutindo com a COESF para
11 que os Programas de Pós-Graduação possam continuar cobrando taxas que,
12 entretanto, serão depositadas na conta única. Ressaltou que estão sendo feitas
13 reuniões com o CGCO para suprir a necessidade de se encontrar um sistema em
14 que haja vinculação entre o CPF da pessoa e a matriz específica do Programa.
15 Sobre o Centro da Psicologia Aplicada, o **Senhor Presidente** explicou que a
16 questão será debatida mais adiante com a ajuda do Professor Altemir José e do
17 ICH, pois nada será decidido sem antes conversar com os implicados diretamente.
18 A criação de CNPJ filial, vinculado a UFJF, para Farmácia Universitária e Editora
19 da UFJF foi colocada em votação, sendo aprovada por maioria. **3. O Senhor**
20 **Presidente** informou que está trabalhando no sentido da elaboração de um
21 regimento para o Campus Avançado de Governador Valadares e da instituição de
22 um comitê gestor. Esclareceu que o comitê gestor será criado a partir do
23 regimento e que em seguida pretende caminhar para que o diretor do Campus
24 Avançado de Governador Valadares seja eleito dentro do aludido Campus, pois
25 esta seria uma determinação da ANDIFES. Concluiu dizendo que no momento
26 apropriado o referido regimento será apresentado a este Egrégio Conselho para
27 fins de discussão e aprovação. **4. O Senhor Presidente** justificou a ausência do
28 Professor Julio Maria Fonseca Chebli que estava em férias e teceu comentários
29 sobre questões que estão sendo ventiladas na imprensa. Começou dizendo que
30 todas as mudanças que ocorreram na equipe da administração central foram feitas
31 de comum acordo com o Reitor. Ressaltou que, embora o Professor **Julio Chebli**
32 estivesse de férias, estava a par e ciente de tudo que foi feito. Prosseguiu
33 explicando que as pessoas tendem a achar que nos cargos de gestão as decisões
34 são tomadas monocraticamente, mas que ele e o Professor **Julio Chebli** trabalham
35 em equipe e procuram discutir as decisões. O **Senhor Presidente** disse que, no
36 que tange aos cortes do governo, a ANDIFES tem procurado garantir que as
37 Universidades não sofram com tais cortes e que as dificuldades serão superadas.
38 Afirmou que não dá para dimensionar esse contingenciamento, porque o decreto
39 que trata do assunto ainda não foi aprovado. Prosseguiu dizendo que a questão do
40 PROQUALI e do Apoio Estudantil são temas sensíveis em todas as universidades
41 e que em outras instituições a questão do Apoio Estudantil está muito mais crítica
42 do que na UFJF. Salientou que o objetivo da Universidade Federal de Juiz de Fora
43 é que o Apoio Estudantil seja concedido a quem realmente tem necessidade e que
44 irá trabalhar para isso a partir de critérios criados pela equipe de psicologia e

1 assistência social da Pró-Reitoria de Apoio Estudantil. Com relação ao
2 PROQUALI, destacou que foram feitas várias discussões, inclusive com o
3 SINTUFEJUF, e que a administração irá trabalhar no sentido de manter, na
4 medida do possível, o investimento do ano passado. Afirmou que tentará pagar os
5 retroativos à medida que o dinheiro for sendo liberado. **II - ORDEM DO DIA:**
6 **PLENÁRIO: Item 1. Processo Nº 23071.0012161/2015-94 – Relatório de**
7 **Gestão 2014 UFJF (Relator: Conselheiro Lourival Batista de Oliveira**
8 **Júnior).** O Senhor Presidente pediu a permissão do Conselho para convidar o
9 auditor **Enio Henrique Teixeira** e o técnico administrativo **Marco Antônio**
10 **Silveira de Almeida.** Colocado em votação, o convite foi aprovado por
11 unanimidade. Prosseguiu dizendo que foi enviado o relatório de gestão com
12 antecedência suficiente para que os Conselheiros pudessem ter conhecimento e
13 fazer uma leitura mais atenta. Em seguida, pediu para que o auditor Enio Henrique
14 Teixeira, apresentasse o resultado crítico do relatório de gestão. O auditor **Enio**
15 **Teixeira** iniciou saudando todos e explicando que seu trabalho seria uma
16 apresentação sucinta do relatório da prestação de contas, de modo a contemplar as
17 informações mais úteis e relevantes da gestão. Passou à leitura do seu parecer,
18 cuja conclusão foi: “A auditoria interna concluiu que o processo de contas está em
19 condições de ser submetido à apreciação do Conselho Superior da Universidade,
20 da Controladoria Geral da União, do Tribunal de Contas da União. Dessa forma, o
21 gestor cumpriu a obrigação de prestar contas. A gestão iniciada a partir de
22 setembro de 2014 está comprometida com a melhoria dos procedimentos da
23 Universidade, a reforma administrativa comprovou isso. Salvo melhor juízo, a
24 auditoria opina pela aprovação das contas” O **Senhor Presidente** indagou se
25 haveria alguma manifestação da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e
26 Gestão e diante da negativa solicitou que o Conselheiro Lourival Batista de
27 Oliveira Júnior procedesse a leitura do relatório. O Conselheiro **Lourival Batista**
28 saudou todos, parabenizou o trabalho da auditoria interna, destacou as conclusões
29 feitas pela mesma e apresentou parecer favorável ao relatório de gestão. O Pró-
30 Reitor de Planejamento, Orçamento e Gestão, Professor **Rubens Oliveira,**
31 observou que a íntegra do Relatório de Gestão foi produzida pelo Professor Paulo
32 Augusto Nepomuceno Garcia e pelo técnico Marcos Aurélio Souza Brito, tendo
33 sua participação se limitado à conclusão, que lhe foi solicitada pelo técnico-
34 administrativo Marco Antônio Silveira de Almeida na sexta-feira que antecedeu a
35 reunião desse Egrégio Conselho. Continuou prontificando-se a esclarecer
36 eventuais dúvidas que surgissem. O Conselheiro **Ricardo Bonfante** disse que, ao
37 ler o relatório da auditoria, havia se atentado para certo conflito entre a
38 administração e o exercício contábil e sugeriu que não deveria constar em tal
39 documento ausência de empenho, ausência de justificação do preço contratado,
40 inexistência de inventário de bens imóveis e demais informações que qualificou
41 como indicadoras de deficiência. Em resposta, o auditor **Enio Teixeira** disse que
42 o parecer da auditoria interna visa o atendimento do item I, anexo III da Decisão
43 Normativa 140/2014, não sendo possível se furtar a esses tópicos. Além do mais,
44 foi contemplado o plano de auditoria interna, de tal sorte que o relatório expôs

1 cada área que a auditoria trabalhou. O **Relator Conselheiro Lourival Batista**
2 complementou dizendo que além de serem uma exigência legal, as informações
3 questionadas pelo Conselheiro Ricardo Bonfante, são necessárias para a melhoria
4 da própria gestão, de tal sorte que os problemas serão trabalhados para não se
5 repetirem no próximo exercício. O Professor **Rubens Oliveira** destacou que as
6 informações questionadas são importantes, pois permitem aprimorar o
7 procedimento administrativo. O Conselheiro **André Martins**, corroborando o
8 afirmado pelo auditor Enio Teixeira e pelos Professores Lourival Batista e Rubens
9 Oliveira, disse que o relatório da auditoria deve ir além do proposto, detalhando
10 principalmente as falhas. Ponderou que o relatório de gestão deve permitir o
11 aperfeiçoamento, que ocorreria na medida em que as falhas fossem
12 minudenciadas. Continuou destacando do texto da auditoria: “Os exames de
13 auditoria nos bens imóveis supracitados revelaram a ocorrência de falhas em
14 procedimentos adotados pela Administração que são passíveis de aprimoramento
15 e melhorias, cujas descrições sumárias listam-se a seguir”. Em seguida, propôs
16 que no lugar de “descrições sumárias” fossem feitas descrições detalhadas para se
17 permitir a correção dos procedimentos. Aproveitou a inscrição para solicitar
18 esclarecimentos sobre o item 8.2 do relatório de gestão – distribuição espacial dos
19 bens imóveis de uso especial - que elenca um imóvel em Piúma- ES. Na mesma
20 linha de pedido de esclarecimento, se reportou a reunião recente desse Egrégio
21 Conselho, em janeiro do corrente ano, ocasião em que foi apreciado o Plano
22 Anual de Atividades de Auditoria Interna 2015, em processo relatado pela
23 Professora Lílían Pinto da Silva. O Conselheiro **André Martins** disse ter
24 apresentado, naquele momento, sugestão de que o CEAD - Centro de Educação a
25 Distância - fosse incluído na auditoragem, uma vez que envolve recursos.
26 Prosseguiu dizendo: “Naquele momento foi destacado que o CEAD não tinha a
27 prestação de contas de 2013 aprovadas. Então, naquela reunião foi cogitada a
28 possibilidade de constar no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna 2015
29 a situação do CEAD. Nós aprovamos isso e foi dado um sinal positivo para que o
30 CEAD entrasse nesse relatório, já que de lá pra cá havia aproximadamente 03
31 (três) meses e a fala do auditor presente aqui, na reunião do CONSU, foi de que
32 seria possível fazer esse primeiro movimento de auditar as contas do CEAD, já
33 incluindo o planejamento do CEAD na auditoragem para 2015. Então, no meu
34 entendimento, nós aprovamos duas coisas: a primeira delas que é a inclusão do
35 CEAD no plano de auditoragem de 2015 e a inclusão no plano de auditoragem do ano
36 passado. E eu não vi aqui menções sobre o CEAD nesse relatório e eu gostaria de
37 esclarecimentos”. Fazendo um aparte, o Conselheiro **Altemir José** disse que
38 dispunha da ata da referida reunião desse Egrégio Conselho e pediu permissão
39 para ler o seguinte trecho: “Quanto à avaliação de gestão do Centro de Educação a
40 Distância com relação ao ano de 2014, se prontificou a fazer (isso se referindo ao
41 Auditor Geral)”. Em resposta, o **auditor Enio Teixeira** disse “Senhores
42 Conselheiros, a questão do CEAD, quando foi aprovada aqui, o que eu tinha
43 entendido era que seria feita durante o exercício de 2015, a auditoragem nas contas
44 de 2014 e nas de 2015 também. Então, eu entendi que seria avaliado para

1 apresentação no relatório no processo de contas de 2015. Por isso não constou
2 desse parecer de auditoria. Durante esse decorrer, faremos a auditoria do CEAD,
3 as contas de 2014 e as recomendações, se for o caso, para o exercício de 2015. No
4 planejamento da auditoria, fazemos primeiramente um programa, um estudo da
5 legislação. Depois fazemos um mapeamento da área, visita, entrevista. Então, essa
6 questão de se fazer num prazo de 3 meses é inviável; precisaremos de um prazo
7 maior. Por isso eu entendi que essa inclusão era pra ser feita durante o exercício
8 de 2015. Por isso não constou. E será feito.” O Conselheiro **André Martins**
9 retomou a palavra afirmando que houve uma pequena divergência de
10 entendimento, mas que já restava esclarecido. Prosseguiu pedindo explicações
11 sobre a questão do detalhamento em contraposição à versão sumária, e sobre o
12 imóvel em Piúma-ES. O Professor **Rubens Oliveira** se pronunciou no sentido de
13 desconhecer qualquer informação sobre o imóvel em Piúma-ES. O Conselheiro
14 **Henrique Duque** saudou todos Conselheiros e esclareceu que o referido imóvel
15 não foi adquirido na sua gestão. Acrescentou que ouviu dizer que o imóvel foi
16 adquirido em gestão passada com os fins de trabalho de pesquisa. A Conselheira
17 **Márcia Aparecida** relatou que entre os anos de 1991 e 1994 foi diretora da então
18 Divisão de Patrimônio da Universidade Federal de Juiz de Fora e a notícia que se
19 tinha na época é que o imóvel havia sido doado à UFJF- mais precisamente ao
20 ICB - por um particular, para fins de pesquisa. Continuou dizendo que o Professor
21 Gilson do ICB poderia dar maiores esclarecimentos sobre o imóvel, pois
22 periodicamente fazia viagens com alunos para fazer pesquisas em Piúma-ES. A
23 Conselheira **Ana Paula Ferreira** acrescentou que o Professor Gilson havia se
24 aposentado há 01(um) mês e quando lecionava, ia periodicamente a Piúma-ES,
25 mas não sabia que tais viagens tinham uma relação formal com a Universidade.
26 Frente aos relatos e indagações sobre o imóvel, se dispôs a angariar mais
27 informações. Ainda sobre o imóvel localizado no Espírito Santo, o Conselheiro
28 **André Martins** sugeriu que se fizesse um acréscimo no relatório de gestão sobre
29 a situação desse patrimônio, constando as ponderações apresentadas na presente
30 reunião, pois elas ajudaram a esclarecer uma situação que inicialmente era
31 desconhecida. O auditor **Enio Teixeira** replicou dizendo que o item “descrição
32 sumária” identifica de forma clara onde há problema e que a auditoria não poderia
33 extrapolar esse ponto, sob pena de interferir na gestão. Ponderou que o objetivo da
34 auditoria é identificar os problemas para que a gestão faça as correções
35 necessárias. Retomando a palavra, o Conselheiro **André Martins** asseverou que
36 uma descrição mais detalhada possibilitaria o leitor entender melhor os pontos
37 críticos e, inclusive, isso ajudaria a Administração a identificar facilmente onde
38 estão os problemas. Prosseguiu concordando que auditoria e Administração têm
39 trabalhos próprios, mas quando essa última busca, num relatório de gestão, os
40 pontos críticos e esses se encontram mais detalhados, os procedimentos seriam
41 agilizados e a gestão aprimorada. Tendo em conta que o relatório deveria ser
42 encaminhado ao Tribunal de Contas da União até quarta-feira, dia 29 de abril de
43 2015, o Professor **Rubens Oliveira** ponderou que não haveria tempo hábil para
44 realizar o detalhamento requerido. Então, propôs que Auditoria e Planejamento

1 fizessem um trabalho em médio prazo para que essas questões levantadas fossem
2 resolvidas. Sugeriu que nos próximos relatórios a auditoria aumente os itens
3 discutidos. O Conselheiro **Altemir José** parabenizou a Administração por enviar
4 com antecedência o relatório de gestão e disse que esse apresenta méritos e falhas.
5 Pontuou que o documento peca não pelo que revela, mas pelo que deixa de
6 revelar, pois algumas informações são muito gerais, o que inviabiliza avaliação.
7 Retomou e lamentou a questão do CEAD dizendo “Entendo a questão da
8 interpretação, mas é lamentável. Até porque é um órgão muito importante dentro
9 da Universidade que movimenta uma quantidade de recursos elevada.
10 Infelizmente, tomamos ciência de algumas coisas pela mídia. O CEAD está na
11 mídia e não é uma coisa positiva. Aliás, isso é deplorável. É lamentável a forma
12 como a UFJF tem aparecido na mídia. Gostaria de deixar registrado esse meu
13 pesar, protesto, lamento por essas questões da mídia. Sobre o CEAD não ter sido
14 auditado, entendo, mas tenho que lamentar.” Em sequência lamentou os
15 problemas nas obras do Hospital Universitário, disse que não basta identificar
16 irregularidades; tem que buscar o motivo delas e investigá-las a fundo ainda que
17 não causem prejuízo ao erário. O **Professor Rubens Oliveira** em esclarecimento
18 disse que, embora seja da opinião de que o relatório possa ser melhorado, o
19 documento em tela segue o padrão e as normas do Tribunal de Contas da União.
20 Sobre a obra do Hospital Universitário, lembrou que o problema foi superado: a
21 licitação foi auditada e liberada pelo Tribunal de Contas da União. Continuou
22 dizendo que desde que a obra foi iniciada, não tem notícia de irregularidades.
23 Fazendo um aparte o Conselheiro **Dimas Augusto** esclareceu o questionamento
24 do Conselheiro Altemir José, dizendo que não houve irregularidade, mas sim
25 execução a menor do que os fiscais identificaram. Sendo assim, houve uma sobra,
26 não se perdeu nenhum recurso e o contrato está sendo executado. Retomando, o
27 **Conselheiro Rubens Oliveira** esclareceu que os atrasos nas obras foram por zelo
28 da Administração, para não pagar por obra não feita, já que a medição de obra
29 unitária requer muito cuidado. O Conselheiro **Altemir José** agradeceu os
30 esclarecimentos, mas disse que o relatório da auditoria expõe problemas que vão
31 além do pontuado pelos Conselheiros. O Conselheiro **Dimas Augusto** explicou
32 que o Hospital Universitário, apesar de ser uma unidade gestora recente, tem um
33 mínimo de funcionários capacitados e movimenta um montante de recursos muito
34 alto. Continuou esclarecendo que as terceirizações no HU são legais (limpeza,
35 vigia, vigilância), sendo questionável apenas a terceirização dos recursos
36 humanos, mas que está para terminar frente ao concurso que está em andamento.
37 Em esclarecimento, o **auditor Enio Teixeira** disse “quanto ao CEAD, venho
38 relembrar primeiramente o Plano de Auditoria de 2015. Nas ações principais, foi
39 feito um planejamento para auditoria até 30 de setembro de 2015. A avaliação do
40 CEAD é muito importante – tanto é que foi incluída por esse Conselho Superior –
41 mas também tenho atividades de extrema importância: avaliação da gestão dos
42 contratos de obras e serviços de engenharia, avaliação dos contratos de
43 terceirização, avaliação do convênio com a fundação de apoio. Eu tenho outras
44 funções também. E no período de janeiro foi feito o relatório de auditoria, já nesse

1 período foi dedicada uma atuação no sentido de assessorar a instituição para a
2 produção do processo de contas e foi feito o parecer da auditoria interna. Também
3 já foi dividido para cada auditor o desenvolvimento de todas as atividades do
4 Plano de Auditoria. Então, até o prazo final do Plano de Auditoria (30 de
5 setembro de 2015) estará auditada também a gestão do CEAD.” Em sequência,
6 opinou no sentido de que foi de extrema importância a adesão do HU à EBSEH,
7 uma vez que permitirá recuperação da estrutura física e tecnológica do Hospital. A
8 Conselheira **Cristina Bezerra** parabenizou a gestão pelo atendimento de antiga
9 demanda desse Egrégio Conselho, qual seja, o envio do parecer do relator e
10 relatório de gestão com antecedência. Prosseguiu sugerindo uma revisão de
11 redação e dizendo não entender porque alguns números apresentados no relatório
12 fazem referência ao ano de 2006. Questionou o fato do relatório e parecer do
13 relator só apresentarem áreas ou subunidades estratégicas com estrutura pós 2014.
14 Explicou que, como o relatório era de um ano de transição, deveria ser
15 apresentada a estrutura e organograma anteriores, pois entendia que eram duas
16 gestões diferentes, devendo ficar claro no relatório de gestão que houve
17 mudanças. Questionou sobre existência, funcionamento, estrutura e deliberações
18 do conselho setorial de administração e recursos humanos mencionado na
19 descrição das unidades estratégicas e organograma. Pontuou sobre a necessidade
20 de informações do que acontece no CEAD e solicitou urgência e prioridade para o
21 assunto. Concordou com os Conselheiros que expuseram a fragilidade de algumas
22 informações constantes no relatório e disse que as reincidências são questões
23 muito sérias para serem abordadas de modo superficial, necessitando de
24 justificativa. Salientou a imprecisão do número de projetos de pesquisa, de
25 extensão e de treinamento profissional e a necessidade de detalhamento dessas
26 informações, uma vez que trata-se de atividade fim da instituição. Concluiu
27 solicitando um prazo maior para discussão do relatório de gestão. O Conselheiro
28 **Gilmar dos Santos** reforçou a necessidade de haver, nos próximos relatórios,
29 uma melhoria no detalhamento das informações para que seja cumprida não só a
30 obrigação legal de prestar contas, bem como seja dado ao cidadão acesso a
31 informações claras. Corroborou a fala da Conselheira **Cristina Bezerra** no que
32 tange a informações vagas a respeito de números e indicadores importantes para a
33 Universidade. Lamentou o CEAD não ter sido auditado, aduzindo que boa parte
34 dos problemas enfrentados pelo órgão é resultado da gestão anterior. Manifestou-
35 se no sentido de que nos próximos relatórios haja um espaço específico para a
36 Educação à Distância, dado não só o volume de recursos, mas também o número
37 de pessoas envolvidas – alunos, professores, tutores. O técnico-administrativo
38 **Marco Antônio de Almeida** explicou que a Pró-Reitoria de Orçamento,
39 Planejamento e Gestão trabalhou com um tempo limitado, uma vez que as
40 informações não chegaram no prazo estipulado e que isso ocorreu por falha dos
41 gestores. Continuou dizendo que esse tempo limitado dificultou a confecção do
42 relatório, tendo o documento ficado pronto em cima da hora. Lembrou que todo
43 ano é feito o relatório de gestão, mas que esse ano estava sendo feita uma
44 prestação de contas ao Tribunal de Contas da União e que, portanto, a UFJF seria

1 auditada pelo aludido Tribunal com base nas informações do relatório. O
2 Professor **Rubens Oliveira** reforçou que a preocupação daqueles que
3 confeccionaram o relatório foi seguir o procedimento exigido pelo Tribunal de
4 Contas da União. Argumentou que a despeito de achar importante a transparência
5 e detalhamento das informações, procuraram seguir os padrões do Tribunal de
6 Contas da União, que auditará as contas da UFJF. O Conselheiro **Lourival**
7 **Batista** frisou a existência de um limite de capacidade de trabalho da própria
8 auditoria, visto que a equipe é pequena para a universalidade de processos e
9 relatórios trimestrais. Disse entender que problemas de forma e redação vão
10 aparecer e que isso não impede a realização de uma revisão que preserve o
11 conteúdo. Prosseguiu reconhecendo que a sistematização da informação pode ser
12 melhorada, apresentada com mais técnica, mas dado o tempo e o grau de
13 dificuldade não se ateve a essa questão. Concluiu afirmando que o relatório
14 expunha informações quantitativas e qualitativas suficientes que denotavam uma
15 trajetória de crescimento da Universidade. A Conselheira **Maria dos Remédios**
16 parabenizou o auditor pelo trabalho e fez questionamento sobre o montante
17 destinado às bolsas para alunos que fazem intercâmbio, posto que não havia
18 encontrado o valor discriminado no relatório. O Professor **Rubens Oliveira**
19 esclareceu que o montante arguido pela Conselheira Maria dos Remédios
20 poderia estar abrangido pelos recursos da Pró-Reitoria de Graduação –
21 PROGRAD ou na página 193 onde estavam descritas as bolsas de mobilidade e a
22 série de convênios. O Conselheiro **André Martins** pontuou que na confecção do
23 relatório, há um protocolo a ser seguido e que antes de se preocupar se tal
24 protocolo estava sendo ou não cumprido, dever-se-ia avaliar se o relatório era fiel,
25 preciso e hábil a fornecer à administração a segurança necessária para a execução
26 de suas funções. Continuou expondo que o relatório trazia a questão da cessão dos
27 espaços, mas não mencionava os espaços usados para xerox. Relatou que, em
28 momento anterior, foi feito encaminhamento para realização de licitação via
29 FADEPE, mas que posteriormente recebeu a informação de que houve orientação
30 da Procuradoria Federal no sentido de que o ato era nulo, o que culminou no
31 cancelamento do procedimento. Sugeriu que a Universidade se preservasse quanto
32 a isso e, portanto, incluísse um item referente à questão do espaço do xerox, uma
33 vez que estava em construção uma política de ocupação do referido espaço.
34 Concluiu solicitando esclarecimento sobre o item “inobservância de orientação
35 emanada pela Procuradoria Federal” que constava em relatório da auditoria. O
36 auditor **Enio Teixeira** explicou que a Procuradoria sempre orienta quais
37 documentos devem constar em processos licitatórios. Sendo assim, o item
38 questionado dizia respeito à ausência de documentos em determinados processos.
39 O Conselheiro **André Martins** disse que a resposta do auditor reforçava sua tese
40 de que o relatório de gestão precisa ser aprimorado para que fosse além de sua
41 função protocolar. Afirmou que o relatório apresentava lacunas que precisavam
42 ser superadas e que não deveria esperar o relatório do ano de 2015; já deviam
43 providenciar ajustes para resguardar a instituição. Propôs a aprovação do relatório
44 de gestão, a correção do que for possível no plano imediato e a indicação de que o

1 documento estava sendo aperfeiçoado. O **Conselheiro Ricardo Bonfante** relatou
2 a construção de um prédio no terreno dos fundos da Casa de Cultura e disse que
3 em todo tempo que esteve na Universidade nunca soube quem havia autorizado a
4 edificação. O **Senhor Presidente** afirmou que a Pró-Reitoria de Planejamento,
5 Orçamento e Gestão procuraria sanar o problema. O **Conselheiro Altemir José**
6 alertou que nas páginas 162 e 164 do relatório apareciam dois espaços como
7 sendo ICH e então, sugeriu que fosse feita uma observação para que ficasse claro
8 que um dos espaços era o antigo ICH. Pediu ao Senhor Presidente, Reitor em
9 exercício, o compromisso com o esclarecimento de alguns pontos como
10 construções em andamento, construções concluídas e que de fato não foram
11 concluídas e cargos comissionados. Fazendo um aparte, a Conselheira **Cristina**
12 **Bezerra** solicitou que a Administração se comprometesse também com o
13 esclarecimento da questão do conselho setorial de administração. O **Senhor**
14 **Presidente**, Vice-Reitor no exercício da Reitoria, **Marco Chein Feres** disse que
15 preferiu não intervir e só se manifestar no momento, para que o processo de crítica
16 e debate acontecesse sem qualquer postura reativa. Defendeu a necessidade de
17 atenção à questão patrimonial da Universidade através da elaboração de um
18 inventário dos imóveis e seu estado de conservação. Continuou expondo que o
19 intuito é mapear os prédios da Universidade e que para tanto, um novo Plano
20 Diretor está em vias de desenvolvimento. A partir do novo Plano Diretor,
21 Arquitetura, Turismo e Pró-Reitoria de Infraestrutura conjugariam esforços para
22 diagnosticar a situação dos imóveis da Universidade. Esclareceu que o conselho
23 setorial de administração e recursos humanos nunca se reuniu, mas que a proposta
24 seria de efetivamente implantar esse conselho. Ponderou que essa questão entraria
25 na demanda de reforma do estatuto e regimento da Universidade, uma vez que a
26 estrutura dos conselhos setoriais seria repensada. Disse que a reforma dos
27 referidos diplomas só será eficaz se houver uma mudança de mentalidade, de
28 modo que a comunidade acadêmica se mobilize em torno de uma discussão
29 crítica. Sobre a questão do CEAD, relatou que em reunião com a direção do órgão
30 foi informado que o problema principal ocorreu quando a empresa terceirizada
31 entrou em processo de insolvência. Então, reuniu-se com o Professor Rubens de
32 Oliveira, Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Gestão e o Adjunto,
33 Washington Teixeira, para se inteirar acerca da situação da rescisão do contrato e
34 verificou que a empresa havia recorrido, procrastinando. Então, informou que a
35 Universidade atuaria no sentido de rescindir o contrato para que fosse feita uma
36 licitação emergencial. Em relação aos cursos e ao que foi divulgado na imprensa,
37 relatou que o atraso ocorrido já foi superado, tendo sido disponibilizados carros e
38 viagens para o pólos. Por fim, frisou que a fiscalização do CEAD de 2014 em
39 diante é um compromisso assumido pelo auditor. No que tange os cargos
40 comissionados, disse que encarregou a Pró-Reitoria de Recursos Humanos de um
41 dimensionamento da situação. Sobre as obras a serem concluídas, informou que a
42 Universidade tinha até o mês de junho para licitar o parque tecnológico e o anel
43 viário, sob pena de perder o recurso, uma vez que não poderia realocá-lo.
44 Informou que as demais obras estão suspensas desde o fim do ano passado até que

1 se tenha uma clareza a respeito do orçamento. Quanto ao imóvel localizado em
2 Piúma-ES, explicou que lhe foi informado que lá funciona um laboratório de
3 biologia marinha que era explorado pelo professor Gilson, que a Conselheira
4 **Ana Paula Ferreira** disse ter aposentado recentemente. Pontuou as questões para
5 encaminhamento: 1- revisão cuidadosa da redação do instrumento. A Conselheira
6 **Neiva Ferreira** se ofereceu para ajudar na revisão; 2- compromisso de que o
7 próximo relatório, além de seguir o protocolo, seja mais detalhado para que as
8 pessoas possam ter informação de forma mais fácil; 3- corrigir a questão da
9 ocupação dos espaços, principalmente xerox. Disse que o melhor
10 encaminhamento seria a correção de tudo que fosse possível. Concluiu
11 informando que a inexatidão das informações sobre projetos de pesquisa,
12 extensão, monitoria e afins se devia à troca de gestão. O **Senhor Presidente,**
13 **Marco Chein**, se retirou para a votação e assumiu a Conselheira **Ana Claudia**
14 **Peters Salgado**. O Conselheiro **Henrique Duque de Miranda Chaves Filho**
15 pediu licença para se retirar, juntamente com sua esposa, a Conselheira Maria da
16 Graças Miranda Chaves, pois fez parte da gestão cujas contas foram abarcadas
17 pelo relatório. A Conselheira **Ana Claudia Peters** assumiu e primeiramente
18 agradeceu o auditor **Enio Teixeira** e o técnico-administrativo **Marco Antônio**
19 **Silveira** pelos esclarecimentos prestados e solicitou que se retirassem para que
20 fosse votado o relatório de gestão. Colocado em votação o relatório de gestão
21 2014 foi aprovado pela maioria, com duas abstenções. Ressalta-se, ainda, que o
22 referido relatório foi aprovado com indicações de revisão e aprimoramento. O
23 **Senhor Presidente** retomou sua função e foi informado do resultado da votação.
24 Em seguida deu prosseguimento a reunião e pediu a inversão da pauta, de modo
25 que a criação de avaliação das atividades acadêmicas fosse o último ponto a ser
26 analisado. Colocada em votação, a inversão da pauta foi aprovada por
27 unanimidade. **Item 2. Processo nº 23071.003223/2015-85 – Criação do Curso**
28 **de Educação Física do Campus Avançado de Governador Valadares**
29 **(Relator: Conselheiro Wilhelm Passarela Freire)**. O Conselheiro **Wilhelm**
30 **Passarela Freire** fez a leitura do mérito do seu parecer, manifestando-se
31 favoravelmente à criação do curso de Educação Física do Campus Avançado de
32 Governador Valadares. Colocada em discussão e votação, foi aprovada por
33 unanimidade. **Item 3. Processo nº 23071.002783/2014-10 – Proposta de Criação**
34 **de Avaliação das Atividades Acadêmicas (Relator: José Otávio do Amaral**
35 **Correa)**: O Senhor Presidente pediu a permissão do Conselho para chamar o
36 Professor Vanderlí Fava de Oliveira e o Professor Marcelo Silva Silvério, para
37 que, havendo dúvidas, pudessem saná-las. Colocada em votação, foi aprovada por
38 unanimidade. O Conselheiro **José Otávio do Amaral Correa** procedeu a leitura
39 do parecer, sendo o seu voto: “Considerando as informações prestadas no
40 processo, e as constatações feitas por este relator, sou de parecer favorável à
41 aprovação da proposta de avaliação das atividades acadêmicas e da
42 regulamentação descrita na referida proposta. Recomendo, no entanto, a alteração
43 ao longo da proposta do da referencia à Secretaria de Avaliação Institucional
44 (SEAVI) para Diretoria de Avaliação Institucional (DIAVI).” O **Senhor**

1 **Presidente** teceu observações sobre numeração de parágrafos. Com relação ao art.
2 7º, sugeriu que o constante no inciso I fosse uma regra geral do caput e que os
3 relatórios fossem enviados para CPPD. Ressaltou que o relatório não pode ser
4 usado como instrumento punitivo de professor ou departamento, mas sim como
5 uma crítica com o fim de melhorar a atividade docente. A **Conselheira Aline**
6 **Araújo** questionou ainda no art.7º, se os resultados seriam aprovados ou
7 consolidados. O Professor **Vanderlí Fava** reiterou que assim como os
8 departamentos, unidades e coordenações se valem do relatório para melhorias, a
9 CPPD também pode fazer o mesmo. Quanto ao art. 7º, pontuou que seria o caso
10 de uma pequena alteração para que os relatórios, antes de serem disponibilizados,
11 passem por aprovação da CPA. O Professor **Rubens de Oliveira** esboçou dúvida
12 sobre o encaminhamento da avaliação do docente. O **Senhor Presidente**
13 esclareceu que os resultados da avaliação das atividades acadêmicas, após serem
14 aprovados pela CPA, seriam encaminhados, por meio de relatórios gerais, de
15 modo que não seria permitida a identificação de informações sobre atividades
16 individualmente, salvo para cada docente que terá direito ao seu relatório. Para
17 todos os demais, até mesmo para ampla divulgação na UFJF, seriam enviados os
18 relatórios gerais. Só o docente teria direito a informações individuais. A
19 **Conselheira Aline Araújo** questionou que, se era para elaborar um plano de
20 melhoria, o resultado da avaliação deveria ser acessível pelo menos ao
21 departamento para que, em conjunto, fossem estudadas medidas que operassem
22 mudanças. Opinou que o envio do resultado exclusivamente para análise e
23 reflexão individual seria ineficaz. O Professor **Marcelo Silva** explicou que a
24 sugestão era que ao departamento seria enviado o relatório das atividades
25 acadêmicas a ele relacionadas e que o conjunto de resultados do docente não
26 poderia ser acessado pelos demais. Disse ainda que caso o professor tenha apenas
27 uma disciplina num determinado departamento, ele poderia ser identificado pela
28 chefia. Esclareceu que foi amplamente discutido com a Pró-Reitoria de Recursos
29 Humanos e Pró-Reitoria de Graduação a importância da chefia ter conhecimento,
30 mas que houve a preocupação de não colocar nenhum artifício que pudesse gerar
31 punição, visto que essa não era a proposta. Continuou dizendo que o coordenador
32 do curso saberia se determinada disciplina estava boa ou ruim e que, caso ela
33 estivesse sendo ministrada exclusivamente por um professor, obviamente seria ele
34 o avaliado. A **Conselheira Neiva Ferreira** opinou no sentido de que a auto
35 avaliação deve começar no núcleo mínimo e subir até instâncias superiores. Então,
36 a avaliação começaria no departamento e o professor seria avaliado pelos alunos e
37 pelos seus pares. Quanto à punição, pontuou a necessidade de que a avaliação
38 possibilite ao chefe departamento avaliar se o professor está ou não cumprindo
39 seu contrato, sendo responsabilizado. O Professor **Marcelo Silva** explicitou que a
40 preocupação em enviar o resultado das auto avaliações das atividades acadêmicas
41 para o departamento competente seria justamente para que esse tomasse as
42 providências que julgasse necessárias. Continuou explicando que como na UFJF
43 não havia ainda a cultura de avaliação, a responsabilização nesse momento
44 poderia ser algo muito agressivo para a comunidade acadêmica. Por fim, frisou

1 que nada impediria que, no futuro, a avaliação se tornasse uma ferramenta de
2 gestão. O Conselheiro **Altemir José** sugeriu que os relatórios fossem também
3 encaminhados à direção de unidade. Questionou o fato de o resultado ser sigiloso
4 para uns e para outros não: se o professor dá aula de uma disciplina apenas e só
5 num determinado departamento, todos poderiam identificá-lo. Terminou dizendo
6 ser contrário a esse tratamento desigual. O Professor **Marcelo Silva** esclareceu
7 que não seriam todos que poderiam identifica-lo, mas somente o chefe de
8 departamento e o coordenador do curso, pois a divulgação dos resultados gerais
9 seria por departamento e por curso. A Conselheira **Joana Machado** saudou todos
10 e parabenizou a CPA pelo trabalho. Continuou sugerindo o envio dos relatórios
11 para o Núcleo Docente Estruturante ao invés de enviar para os chefes de
12 departamento e coordenadores de curso, uma vez que aquele seria o fórum mais
13 adequado para se discutir a qualidade das atividades acadêmicas. Propôs que só
14 fosse permitido aos docentes o acesso aos dados individualizados, de tal sorte que
15 nos casos de chefia de departamento e coordenação, os relatórios não permitissem
16 a identificação da disciplina. O **Conselheiro Wilhelm Passarela** opinou no
17 sentido de que a chefia deveria ter conhecimento do resultado da avaliação. O
18 Professor **Rubens de Oliveira** corroborou a opinião do Conselheiro Wilhelm
19 Passarela e ainda comparou a avaliação ao estágio probatório, no qual o professor
20 é avaliado pela chefia imediata. A Conselheira **Luciana Teixeira** disse que era do
21 Núcleo Docente Estruturante do curso de licenciatura em Letras e esclareceu que
22 tal núcleo não tem caráter deliberativo. Deste modo, essa instância só poderia
23 assessorar o chefe de departamento, sendo a reunião de departamento hábil para
24 deliberar a respeito de qualquer decisão a ser tomada. A Conselheira **Ana**
25 **Claudia Peters** disse que a auto avaliação proposta pela CPA é muito importante,
26 mas não evidencia detalhes. Então, explicou que a Pró-Reitoria de Graduação
27 estava elaborando em avaliação chamada Avaliação de Desempenho de
28 Estudantes, na qual seria feito um estudo das dificuldades das disciplinas, se elas
29 estão alocadas na sequência adequada, índices de evasão e retenção em cada
30 disciplina. Concluiu dizendo que as informações que PROGRAD trouxe por
31 meio dessa avaliação de desempenho, poderiam ser cruzadas com as informações
32 trazidas pela CPA e assim cientificar departamento, Núcleo Docente Estruturante,
33 direção de unidade e coordenação de curso. Fazendo um aparte, a Conselheira
34 **Cristina Bezerra** opinou no sentido de que estaria havendo uma sobreposição de
35 questões, uma vez que haveria três instâncias trabalhando a questão da avaliação
36 (CPA, PROGRAD, CPPD). Desta feita, disse achar necessário o amadurecimento
37 do tema e o afinamento da questão para se evitar o retrabalho. O Conselheiro **José**
38 **Otávio Amaral** lembrou que embora haja vários instrumentos de avaliação, o
39 proposto pela CPA e DIAVI era uma exigência do MEC. O Professor **Vanderlí**
40 **Fava** explicou que a CPA deveria existir porque tinha uma concepção bem
41 diferente das avaliações existente. Lembrou que, no entanto, nada impede que
42 uma avaliação subsidie a outra. A Conselheira **Neiva Ferreira** questionou a
43 existência de mais de um objetivo e processo de avaliação, dentro da mesma
44 instituição. O Professor **Marcelo Silva** explicou que várias instâncias da

1 Universidade podem propor processos de avaliação, o que seria normal num
2 ambiente democrático onde as instituições querem conhecer para melhorar. Frizou
3 que a CPA tem o dever legal de fazer isso e que a Universidade estava sendo
4 cobrada. Disse que a proposta da CPA era uma avaliação sem caráter punitivo
5 para que a Universidade começasse a trajetória de se auto conhecer para produzir
6 seus relatórios e que qualquer órgão que quisesse complementar o processo de
7 auto avaliação poderia se associar à CPA. O **Senhor Presidente** por uma questão
8 de ordem, questionou se a divulgação de resultado para chefes de departamento e
9 coordenadores de curso era uma exigência com previsão legal. O Professor
10 **Marcelo Silva** respondeu que não, elucidando que a legislação citava mecanismos
11 múltiplos que a Universidade poderia adotar para a auto avaliação institucional. O
12 **Senhor Presidente** perguntou a se esse Egrégio Conselho se sentia à vontade para
13 votar a questão da forma como estava, sendo que a maioria se manifestou em
14 sentido positivo. O Conselheiro **André Martins** fez encaminhamento no sentido
15 de que o assunto voltasse na próxima reunião do CONSU, a fim de ser melhor
16 discutido. O Conselheiro **Altemir José** fez encaminhamento no sentido da
17 divulgação de relatórios coletivos (por unidade, por departamento) de modo que
18 não se permitisse a identificação do professor. O **Senhor Presidente** colocou em
19 votação o instrumento de avaliação, sendo os incisos I e II do art. 7º vetados e
20 sugeriu que num outro momento a CPA voltasse com uma proposta mais
21 consistente de como seria a divulgação para coordenação, departamento e direção.
22 Foi aprovado por maioria, com duas abstenções. **IV-ASSUNTOS GERAIS:** O
23 Conselheiro **André Martins** pediu que na próxima reunião do CONSU fosse
24 incluída como ponto de pauta a questão do CEAD e que a diretora fosse
25 convidada a trazer explicações para que fosse esclarecida a situação do órgão. A
26 Conselheira **Cristina Bezerra** registrou a situação vivida nas duas ultimas
27 semanas na universidade, dizendo do constrangimento que foi com as notícias
28 sobre a UFJF na Tribuna de Minas. Registrou sua preocupação com a imagem
29 institucional da Universidade, e frisou que as questões estão aparecendo na
30 imprensa sem nosso conhecimento, sem podermos contribuir de fato com os
31 temas que são relevantes dentro da universidade. Disse não querer discutir a
32 reestruturação administrativa, nem os boatos que rondaram pela universidade, mas
33 registrar a preocupação com a imagem que a instituição está tendo. Ressaltou que
34 semanalmente temos notícias que não falam dos grandes números que a
35 universidade tem na pesquisa, extensão, dos investimentos feitos, mas de questões
36 que poderiam ter sido discutidos internamente e de sua preocupação com essa
37 indefinição, e dessa insegurança vividas nas duas ultimas semanas e concluiu sua
38 fala dizendo esperar que esta situação seja superada em breve. O **Senhor**
39 **Presidente** disse que seu papel no exercício da Reitoria, substituindo o Reitor em
40 suas férias, foi tentar de alguma forma manter esse ambiente de estabilidade e
41 segurança dentro da universidade. Informou que não tem dado entrevista, pois não
42 é autorizado para falar pelo Professor Júlio Chebli. Diz que informou ao gabinete
43 que não daria entrevista enquanto as questões não fossem discutidas internamente
44 e esclareceu que a matéria que saiu na Tribuna de Minas, sobre reestruturação

1 administrativa foi coletadas do site da UFJF. Diz que esta tomando esse cuidado,
2 pois acha isso é problemático e para que não usem suas palavras de forma
3 deturpada, como infelizmente isso acontece às vezes com a imprensa. Então
4 informou que para evitar qualquer problema a notícias oficiais da instituição vou
5 ser postada no site da UFJF em notas para conhecimento da comunidade
6 universitária e a imprensa terá acesso a informação pelo site. Entende que seu
7 papel é trazer as questões para este Conselho decidir, e ressalta que ele e o Júlio
8 trabalham de forma colaborativa. Conclamou que todos se unam por um pacto
9 pela universidade. Lembrou o caso lamentável ocorrido no CEAD, onde foi
10 vazada uma informação para imprensa local sem conhecimento da administração,
11 o que ocasiona um desgaste. Frisou que esta administração está disposta a debater
12 o tempo todo, e isto é uma luta contra uma cultura que está institucionalizada e
13 cristalizada dentro da instituição. Disse que o importante hoje é fazer pelo
14 presente, ressaltando que o passado passou, com glórias e erros e o futuro não
15 existe vai existir. Afirmou que não querem só falar, querem sair do discurso para
16 ação e sabe que com isso há resistência. E para que isso ocorra temos de ter o
17 apoio do Conselho Superior e de todos na instituição. O Conselheiro **José Otávio**
18 **Amaral** comunicou que o conselho de unidade tomou a decisão de fazer a auto
19 interdição da manipulação na Farmácia Universitária, pois as exigências da
20 Vigilância Sanitária não estavam sendo atendidas. Continuou dizendo que as
21 providências para regularizar a situação já haviam sido tomadas e que enquanto as
22 obras no laboratório não acontecessem, a manipulação ficaria interrompida por
23 questão de segurança. A Conselheira **Ana Paula Ferreira** expôs a dificuldade de
24 manutenção da unidade frente aos problemas do dia a dia e pediu informações
25 sobre a questão do cartão corporativo, já aprovado em reunião anterior. O **Senhor**
26 **Presidente** explicou que a manutenção estava sendo licitada com uma empresa de
27 engenharia. Quanto a questão do cartão corporativo já foi encaminhada e que esta
28 esperando retorno do Governo Federal. Informou que vai buscar uma solução
29 provisória enquanto não tem solução do cartão corporativo. O Conselheiro
30 **Altemir José** concordou com a fala da Conselheira Cristina Bezerra e disse que
31 temos um “bode na sala da UFJF” e precisamos tratar dele abertamente. Registrou
32 em seu nome pessoal e do ICH o descontentemente da forma como isso apareceu
33 e foi tratado na imprensa a renuncia eventual do Professor Julio Chebli incluindo
34 representantes da própria universidade e desse conselho. A Conselheira Maria das
35 Graças Chaves Filho solicitou que os conselheiros evidenciem o conteúdo e o
36 título da matéria. Disse ainda que “salve maior juízo” o ex-reitor Professor
37 Henrique Duque deu uma entrevista e que no conteúdo da mesma tem a
38 explicação dos fatos e concluiu solicitando que todos os conselheiros fizessem a
39 leitura com bastante isenção. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente**
40 agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião secretariada por mim, Basileu
41 Pereira Tavares, que para constar lavrei a presente ata que dato e assino. Juiz de
42 Fora, 27 de abril de 2015.x

1
2
3
4
5
6
7
8
9

Basileu Pereira Tavares
Secretário Geral

Prof. Dr. Marcos Vinício Chein Feres
Vice-Reitor no Exercício da Reitoria

APROVADA NA REUNIÃO DO DIA ____/____/____

1.	2.
3.	4.
5.	6.
7.	8.
9.	10.
11.	12.
13.	14.
15.	16.
17.	18.
19.	20.
21.	22.
23.	24.
25.	26.
27.	28.
29.	30.
31.	32.
33.	34.
35.	36.
37.	38.

39.	40.
41.	42.
43.	44.
45.	46.
47	48.
49.	50.
51.	52.
53.	54.
55.	56.